

ano 2 | número 17 | dezembro 2003

AÇÕES



Publicação do Centro de Cultura Luiz Freire | Distribuição Gratuita

Foto: Alexandre Albuquerque | Waldo Bezerra

Governos não possuem Política de Convivência com o Semi-árido. PÁG 03

Saiba como foi a atuação pela democratização do orçamento público em municípios pernambucanos em 2003. PÁG 04 e 05

Conheça a história do financiamento da Política Pública da Educação Brasileira PÁG 06 e 07

O ano de 2003 deixa um saldo bastante positivo para aqueles que têm investido no controle social sobre o orçamento público, como instrumento potencializador da luta pela democratização da gestão pública. Há pouco tempo, ainda falávamos que orçamento era um instrumento de difícil acesso e compreensão. Entretanto, amplia-se o debate e as iniciativas de controle social sobre o orçamento e os gastos públicos. Dentre as iniciativas, destacamos: o maior número de prefeituras municipais que adotaram o orçamento participativo; a consulta à sociedade civil para elaboração dos macro-objetivos do PPA federal 2004/2007 (pela primeira vez na história brasileira); a iniciativa da Controladoria Geral da União de fiscalizar o uso do dinheiro público em 50 municípios brasileiros; a divulgação das prestações de contas dos entes federativos de maneira mais acessível à população, pelo Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco; o maior número de investigações de casos de corrupção nas esferas do poder público, com maior visibilidade para a sociedade; por fim, os resultados alcançados pelos Fóruns da sociedade civil pela Democratização do Orçamento Público, em alguns municípios de Pernambuco (páginas 04 e 05).

Se por um lado tais iniciativas contribuem para otimizar a gestão pública e o controle social, por outro, a corrupção, o clientelismo e a falta de transparência de alguns gestores públicos reforçam a enorme desigualdade social no Brasil. Ainda é necessário muito investimento para que o orçamento público seja um instrumento de justiça social, de combate à pobreza e à corrupção. Além disso, termos uma gestão orçamentária participativa verdadeiramente vivenciada pela população. Isto propiciará a criação e/ou manutenção de políticas públicas que efetivem os direitos humanos. O ano que se aproxima traz grandes expectativas como a eleição para prefeitos e vereadores e o primeiro ano de execução do PPA Federal, elaborado pela nova gestão. Acreditamos que, no próximo ano, alcançaremos mais vitórias, superando novos desafios. Continuamos com a certeza que um dia o orçamento público será um instrumento que realmente atenda as prioridades da população e contribua para o desenvolvimento local de cada município. É essa esperança que anima a caminhada de 2004.

Neste sentido, o boletim Ações, ao longo do próximo ano, continuará fomentando o debate sobre a democratização da gestão pública e

mostrando as iniciativas da sociedade em torno da temática. Na primeira edição de 2004, o Ações abre espaço para opiniões dos leitores. Enviem comentários, notícias da sua cidade ou sugestões de matérias para os endereços (email, carta ou fax) que se encontram no expediente, em atenção à equipe do Projeto Orçamento Público Participação Cidadã. Essa seção será publicada nesta mesma página 02 e terá o objetivo de potencializar a comunicação entre a equipe do CCLF e os leitores do Ações. Boa Leitura!!!



Fórum de políticas públicas e orçamento participativo de Afogados da Ingazeira

E X P E D I E N T E

AÇÕES

Informativo do Centro de Cultura Luiz Freire
projeto Orçamento Público Participação Cidadã
Rua 27 de janeiro, 181, Carmo, Olinda, PE
Tel: (81) 3301.5244 Fax: (81) 3429.4881

E-mail: orc-publico@cclf.org.br

Conselho Editorial: Ana Nery dos Santos,
André Araripe, Clarice Hoffmann, Fernando Silva,
Karina Pessoa e Paulo Valença.

Textos|Jornalista Responsável: Rosário de Pompéia
DRT 3061-PE

Revisor de textos: Rogério Barata

Programação visual: COM DESIGN - Paula Valadares

Impressão: Gráfica J. Luiz Vasconcelos

Tiragem: 3000 exemplares

Apoio: Fundação Ford

GOVERNOS INVESTEM NO COMBATE AOS EFEITOS DA SECA ESQUECENDO DA POLÍTICA DE CONVIVÊNCIA COM O SEMI-ÁRIDO

Todo ano os noticiários se repetem com manchetes sobre os municípios pernambucanos em situação de emergência, com famílias sem acesso à água para o consumo. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) estima que dos 3,3 milhões de domicílios rurais do Nordeste, mais de 2,2 milhões têm seus moradores nesta situação. Segundo a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária EMBRAPA, na época da seca, uma família, com cinco pessoas, perde, em média, mensalmente, três dias para obter água, e ocasiões de esperar dias, e semanas, pelo abastecimento do carro-pipa. Na maioria dos casos, é utilizada água imprópria, por vezes contaminada, para o consumo humano. Registram-se ainda perdas de cinco semanas por ano de trabalho, em decorrência de diarreias contraídas pelo consumo de água contaminada.

Em 1994, entrou em vigor a Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação. O Brasil se comprometeu em "lutar contra a desertificação e minimizar os efeitos da seca, através da adoção de medidas eficazes em todos os níveis". No entanto, a aplicação desta Convenção tem sido dificultada por não se prever os recursos financeiros disponíveis. Os gastos federais voltaram-se quase exclusivamente para ações emergenciais, custando, de junho de 1998 a dezembro de 1999, cerca de dois bilhões de reais. De acordo com Aldo dos Santos, da Articulação do Semi-Árido (ASA), entidade que congrega mais de 700 entidades de diversos segmentos, na elaboração do último orçamento da União, houve uma luta para designar recursos específicos para execução de projetos hídricos e cerca de R\$ 500 milhões foram conquistados. Porém, a verba pode ser gasta desde a transposição do rio São Francisco à construção de cisternas, o que exige maior controle social dos gastos.

Em Pernambuco, o Governo do Estado executa sua política de recursos hídricos através do Programa Águas de Pernambuco, com construção de grandes

adutoras. "O que resolve são projetos de construção de poços, cisternas e barragens subterrâneas", diz Joaquim Correia, coordenador do Programa de Mestrado em Gestão Ambiental da UFPE. Gabriel Maciel, secretário estadual de Produção Rural e Reforma Agrária, em entrevista ao Diário de Pernambuco, admitiu que com R\$ 34 milhões seria possível reduzir a rota dos carros-pipa através da construção de cisternas, açudes e barragens subterrâneas. Por enquanto, de acordo com Marcio Watts, Gerente de Convivência com o Semi-Árido da Secretaria de Produção Rural e Reforma Agrária, o Governo do Estado vem gastando cerca de R\$ 1 milhão/mês com contratação de carros-pipa para o abastecimento d'água em 100 municípios das regiões do Sertão e Agreste.

Sociedade busca alternativas

A sociedade civil está realizando algumas iniciativas e uma delas é o Programa Um Milhão de Cisternas P1MC, que é concebido, executado e gerido pelas organizações que fazem parte da ASA. O programa busca garantir a um milhão de famílias rurais a superação de suas carências de água potável, identificando modelos de desenvolvimento sustentável destinados ao atendimento de famílias rurais, a partir do aproveitamento das águas de chuva. Além disso, desenvolve um processo educativo e de mobilização social que visa ampliar a compreensão e a prática de convivência sustentável no semi-árido. O P1MC abrange os estados: Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraíba, Ceará e Piauí, o Norte do Estado de Minas Gerais e Nordeste do Espírito Santo.

Vídeos

A TV VIVA/CCLF tem realizado vídeos sobre as experiências de convívio com o semi-árido para as ONGs ASPTA-PB, SASOP-BH, CAATINGA-PE e ASA Brasil. Os vídeos utilizam uma linguagem clara e direta, contribui na comunicação rural, divulga e multiplica o conhecimento nas comunidades rurais.

Vídeos produzidos:

Fundo Rotativo e Solidário, ASPTA-PB | Segurança Alimentar, SASOP-BH | Sementes da Paixão, ASPTA-PB | Criação Animal, CAATINGA-PE, SASOP-BA, ASPTA-PB | Programa um milhão de cisternas, ASA Brasil.

AÇÕES \$ nos municípios

Salgueiro

ARTICULAÇÃO	Cerca de vinte entidades e novas representações da zona rural .
ORGANIZAÇÃO DO FÓRUM	Criadas comissões de infra-estrutura, registro de informações e articulação com o poder público.
	O CEPAC coordena o Fórum
	As atribuições foram assumidas por mais pessoas, melhorando o funcionamento do fórum.
FORMAÇÃO	Noções de políticas públicas (definições, beneficiários, competências, programas, etc.)
	Estudos sobre as políticas de Saúde, Agricultura e Infra-estrutura no Município.
	Classificações orçamentárias - elementos de despesa, estrutura funcional-programática e quadros de detalhamento de despesa.
	Oficinas de comunicação (plano de comunicação, construção de marca, técnicas de elaboração de jornal).
ATUAÇÃO	Concurso para escolha da logomarca do Fórum
	Criação do primeiro jornal do movimento popular na Região, denominado Folha Popular
	Audiências com Secretários Municipais
	Promoção de audiência pública sobre o Lixão de Salgueiro
	Elaboração de propostas à LOA 2004 - Saúde, agricultura e infra-estrutura
	Audiência Pública com a Câmara para discussão da LOA 2004.

Dormentes/ Afrânio e Santa Filomena

ARTICULAÇÃO	Fortalecimento das comunidades e grupos que acompanham o orçamento público
ATUAÇÃO	II Semana da Água com reflexões sobre a problemática da água (política de recursos hídricos)
	I Seminário de Convivência com o Semi-Árido - discussão sobre a agricultura familiar e o Programa Fome Zero

Ouricuri

ARTICULAÇÃO	Realizada avaliação da articulação e definidas prioridades
FORMAÇÃO	Noções de políticas públicas (definições, beneficiários, competências, programas, etc.)
	Classificações orçamentárias - elementos de despesa, estrutura funcional-programática e quadros de detalhamento de despesa.
	Oficinas de comunicação (plano de comunicação, plano de campanha, comunicação interna e estratégias de comunicação na elaboração da LOA 2004).
ATUAÇÃO	Participação na campanha " Ouricuri: Cem anos... de incompetência política" da PJMP
	Elaboração de propostas e mobilização para votação da LDO 2004
	Elaboração de propostas e articulação de vereadores para apresentação de emendas à LOA 2004
	Aprovação de emendas(saúde) para a LOA 2004 na Câmara

Feira Nova

ARTICULAÇÃO	É criado o Fórum de Democratização do Orçamento Público
	A articulação conta com cerca de doze entidades e dois conselhos
ORGANIZAÇÃO DO FÓRUM	Os Agentes de Desenvolvimento Local (proj. Aliança com o Adolescente) coordenam o Fórum
	Há uma comissão de articulação com os poderes públicos
FORMAÇÃO	Noções de orçamento público e instrumentos para sua democratização
	Noções de políticas públicas (definições, beneficiários, competências, programas, etc.)
	Estudos sobre a política e o orçamento de Assistência Social no Município.
	Classificações orçamentárias - elementos de despesa, estrutura funcional-programática e quadros de detalhamento de despesa.
ATUAÇÃO	Elaboração de propostas de assistência social para a LOA 2004
	Articulação com a Câmara de Vereadores para apresentação de emendas à LOA 2004

Canhotinho

ARTICULAÇÃO	É criado o Fórum de Democratização do Orçamento Público
FORMAÇÃO	Noções de orçamento público e instrumentos para sua democratização

Afogados da Ingazeira

ARTICULAÇÃO	O Fórum de Políticas Públicas e Orçamento Participativo realizou reuniões com representantes de comunidades urbanas e rurais, sindicato e ONGs
FORMAÇÃO	Oficina de comunicação sobre radiojornalismo
ATUAÇÃO	Acompanhamento da execução dos projetos e atividades do orçamento municipal 2003
	Em parceria com a Prefeitura e com a Câmara de Vereadores, o Fórum facilitou o processo de Orçamento Participativo. Através de 18 reuniões setoriais na zona urbana e rural, 110 comunidades foram representadas por 1.262 cidadãos. Foram avaliada execução do primeiro semestre de 2003, eleitas as prioridades para 2004 e uma explanação sobre o ciclo orçamentário.
	Solicitação de informações sobre as obras em execução e cobrança de efetivação de outras atividades, junto aos poderes públicos
	Aprovação do Projeto de Lei de iniciativa popular sobre o retorno das reuniões da Câmara de Vereadores para a noite em pelo menos uma sessão por mês, visando a participação da população. Cerca de 1.300 eleitores assinou o projeto.
	Realização do Programa de rádio Educação E Cidadania, produzido pela Diaconia e Sindicato de Trabalhadores Rurais de Afogados da Ingazeira

Lagoa de Itaenga

ARTICULAÇÃO	É criado o Fórum de Democratização do Orçamento Público
	A articulação conta com cerca de 17 entidades e 02 conselhos
ORGANIZAÇÃO DO FÓRUM	Os Agentes de Desenvolvimento Local (proj. Aliança com o Adolescente) coordenam o Fórum
FORMAÇÃO	Noções de orçamento público e instrumentos para sua democratização
	Noções de políticas públicas (definições, beneficiários, competências, programas, etc.)
	Estudos sobre as políticas e o orçamento de Saúde; Educação e Cultura; e trabalho, Habitação e Ação Social no Município.
	Classificações orçamentárias - elementos de despesa, estrutura funcional-programática e quadros de detalhamento de despesa.
ATUAÇÃO	Elaboração de propostas de Saúde; Educação e Cultura; e Trabalho, Habitação e Ação Social para a LOA 2004
	Foi planejada a apresentação de emendas à LOA 2004, na Câmara, mas uma articulação entre a Prefeitura e os Vereadores aprovou o projeto original assim que o mesmo entrou no Legislativo.

Serra Talhada

ARTICULAÇÃO	Novas representações das zonas rural e urbana, além de conselhos municipais.
	A articulação envolve, hoje, cerca de X entidades.
FORMAÇÃO	Noções de políticas públicas (definições, beneficiários, competências, programas, etc.)
	Estudos sobre as políticas e do orçamento de Assistência Social, Cultura e Infra-estrutura no Município.
	Classificações orçamentárias - elementos de despesa, estrutura funcional-programática e quadros de detalhamento de despesa.
ATUAÇÃO	Concurso para escolha da logomarca do Fórum
	Elaboração de propostas à LOA 2004 - Assistência Social, Cultura e Infra-estrutura
	Foi planejada a apresentação de emendas à LOA 2004, no Legislativo, mas a Câmara não informou o prazo para emendas (que havia sido solicitado) e os Vereadores aprovaram o projeto sem acatar as propostas do Fórum.

Triunfo

ARTICULAÇÃO	Rearticulação da sociedade civil para atuação junto ao orçamento
	Avaliação da atuação em anos anteriores e planejamento de novas atuações
FORMAÇÃO	Noções de orçamento público e instrumentos para sua democratização
	Oficina de elaboração de plano de comunicação
	Elaboração de propostas à LOA 2004 - Saúde, agricultura e infra-estrutura
	Audiência Pública com a Câmara para discussão da LOA 2004.

Caruaru

ARTICULAÇÃO	Busca de novas representações da zona rural.
FORMAÇÃO	Noções de orçamento público e instrumentos para sua democratização

Riacho das Almas

ARTICULAÇÃO	* Articulação da sociedade civil para constituição de fórum de democratização do orçamento
FORMAÇÃO	Noções de orçamento público e instrumentos para sua democratização

segundo pesquisa da UNESCO/OCDE (2003) que comparou a realidade de 41 países, o Brasil investe por aluno metade do valor do Chile ou da Argentina e um sétimo do que é gasto na Áustria ou nos Estados Unidos. O Brasil somente está melhor em relação ao Peru e à Indonésia.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 212, estabelece que, no mínimo, 18% da receita de impostos da União e 25% da receita de impostos e transferências dos Estados e Municípios devem ser aplicados em educação. Alguns Estados e Municípios foram adiantes e definiram em suas Constituições e Leis Orgânicas percentuais de até 35%.



CAMPAIGNA NACIONAL
Pelo DIREITO à
EDUCAÇÃO

SOCIEDADE TRAVA LUTA HISTÓRICA PELO FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO

A alocação de recursos para a Educação é, historicamente, um dos graves problemas referentes ao financiamento das políticas públicas no Brasil, sempre relacionada à insuficiência e má distribuição dos recursos. Como resultado, o País ainda apresenta um dos piores desempenhos na alfabetização e um dos mais baixos investimentos por aluno.

Desde a elaboração da Constituição de 1934, setores comprometidos com o atendimento amplo e de qualidade na educação pública se mobilizam para aumentar a capacidade de financiamento através de dispositivos legais que obrigassem os Governos a ter um percentual mínimo de gastos com educação. Avanços ocorreram, sobretudo, durante os processos constituintes de 1946 e 1988, com conquista de novos dispositivos que apontaram para a universalização da educação e a melhoria de sua qualidade. O desafio foi que os governos cumprissem e fizessem cumprir os dispositivos legais até então conquistados. Entre outros aspectos, combateu-se a aplicação de recursos da educação em cultura, esportes, previdência e até em infraestrutura urbana, os quais não contribuíam diretamente com a melhoria do sistema educacional e eram considerados como gastos da educação. Isto só veio a ser parcialmente corrigido em 1996 pela LDB (Lei 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação), que em seus artigos 70 e 71 define o que pode e o que não pode ser legitimamente incluído como despesa com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

O ano de 1996 é considerado um marco na política de educação no País devido à criação do FUNDEF Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Lei 9.424/96). O FUNDEF representa, desde então, para alguns estados e boa parte dos municípios, a possibilidade de promoção de uma maior equidade entre as redes de ensino e de maior profissionalização do magistério, a partir da transferência de recursos de municípios e estados mais ricos e da União.

Essas possibilidades, no entanto, têm deixado de ser concretizadas, entre outros fatores, pelos desmandos na aplicação desses recursos, que ainda

padece de mecanismos de controle mais eficazes, e a forma lamentável como a União, inicialmente qualificada como avalista deste pacto nacional, foi gradativamente se desqualificando pela omissão sistemática ao cumprimento de suas responsabilidades, sobretudo financeiras. Um exemplo disso é a redução sistemática do valor do custo-aluno/ano, que é decretado pelo Governo Federal, desconsiderando o valor previsto na Lei do FUNDEF. A União tem usado esse artifício como forma de diminuir sua complementação, pois a Lei prevê que a diferença entre o que os estados e municípios investem por aluno e o valor do custo-aluno seja complementada pelo Governo Federal.

Nos últimos anos, uma das principais lutas das mobilizações pela educação pública tem sido a reabertura do debate em torno da responsabilidade da União com a Educação Básica. A mais recente conquista foi a aprovação da Lei 10.172/01 - o Plano Nacional de Educação, que define metas de quantidade e qualidade de atendimento para todos os níveis de ensino e para os diversos aspectos da gestão educacional, inclusive o financiamento. O desafio agora é que, a exemplo do FUNDEF, se tenha uma estrutura orçamentária e financeira que contemple o Ensino Médio e a Educação Infantil, posta na LDB como primeira etapa da educação básica e entendida como direito de todas as crianças de 0 a 6 anos. Neste sentido, tramita no Congresso Nacional a Proposta de Emenda Constitucional 112/99 (além de outras correlatas), que cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB). Há muitas controvérsias em torno da criação do FUNDEB, sobretudo em relação à sua efetividade como fundo fiscal capaz de promover melhorias nos três níveis de ensino.

Após ser aprovado no Congresso, o Plano Nacional de Educação recebeu vetos do então presidente FHC que, entre outros aspectos, derrubou a previsão de se ampliar de 4% para 7% do PIB, o orçamento para educação em dez anos.

Fundef: disparidades entre o valor legal e o valor decretado

Ano	Valor previsto na Lei do FUNDEF	Valor decretado pelo Gov. Federal	Diferença	
			Absoluta	Percentual
1997	R\$ 300,00	R\$ 300,00		
1998	R\$ 399,47	R\$ 315,00	R\$ 84,47	21,14%
1999	R\$ 451,81	R\$ 315,00	R\$ 136,81	30,28%
2000	R\$ 532,53	R\$ 333,00	R\$ 199,53	37,47%
2001	R\$ 613,85	R\$ 363,00	R\$ 250,85	40,86%
2002	R\$ 706,35	R\$ 418,00	R\$ 288,35	40,82%
2003	R\$ 786,16	R\$ 446,00	R\$ 346,16	44,03%
2004*	R\$ 864,00	R\$ 537,71	R\$ 326,29	37,76%

*Caso aprovada a proposta orçamentária do governo



FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL CONTINUA SENDO DESAFIO

Os avanços obtidos nos últimos anos em relação ao ensino fundamental, sobretudo com a implantação do FUNDEF, impactaram no financiamento dos outros níveis de ensino. No caso da Educação Infantil (EI), os recursos tornaram-se ainda mais escassos devido à obrigatoriedade imposta aos gestores municipais para que eles os priorizem na expansão da matrícula no ensino fundamental. A oferta de educação infantil pelos municípios, apoiados técnica e financeiramente pelos Estados e pela União, conforme prevê a Constituição Federal, diante da escassez de recursos, ainda está longe de atender as crianças de 0 a 6 anos, na qualidade e quantidade correspondente aos seus direitos e necessidades.

A criação de um fundo específico para a EI, negociado entre a União e os Municípios, tem sido vista como uma das soluções mais viáveis para a problemática e uma alternativa a criação do FUNDEB Fundo de Educação Básica. O principal argumento as dificuldades de se viabilizar o FUNDEB é a resistência política por parte de Secretários de Fazenda e Finanças de Estados e Municípios, que vêem no Fundo uma ameaça à sua autonomia financeira, pois criaria mais obrigações e vinculações de receitas. Outro aspecto considerado é que o FUNDEB ensejaria uma grande disputa política pelos valores *per capita de referência para cada nível (Infantil, Fundamental e Médio)*, com provável desvantagem para os municípios, e, conseqüentemente, para a EI, haja visto seu peso político tradicionalmente inferior ao dos Estados, responsáveis pelo Ensino Médio.

A dúvida que fica é em relação à possibilidade de, nas atuais condições, resguardar um mecanismo de redistribuição direta de recursos entre a União e cada um dos Municípios, de forma a induzi-los a investir mais seus recursos em redes próprias de educação infantil. Mesmo assim, diante do tamanho da demanda não atendida e das imposições de ajuste fiscal, apenas a adoção desse artifício, isoladamente, não possibilitaria uma solução mais efetiva para a questão.

RECURSOS PARA EDUCAÇÃO SÃO MENORES PARA O PRÓXIMO ANO

A Campanha Nacional pelo Direito à Educação afirma que caso a proposta de lei orçamentária encaminhada pelo Governo Federal ao Congresso Nacional seja aprovada, haverá uma perda real para a educação de **13,4%** e os recursos necessários ao cumprimento da Lei do FUNDEF estarão comprometidos.



O cumprimento da Lei do FUNDEF constitui um dos principais compromissos do programa de governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva com a sociedade. O descumprimento da Lei terá forte impacto negativo na vida de 20 milhões de crianças e adolescentes de 7 a 14 anos e compromete o desempenho profissional de 1 milhão de professores (as) de escolas públicas.

É urgente a necessidade de aprimoramento dos mecanismos de controle social e de participação da sociedade civil nas políticas públicas educacionais. Nesse sentido, a Campanha propõe que o Ministério da Educação estabeleça um grupo de trabalho para aprimorar os mecanismos de controle social e de influência nas políticas públicas federais, estaduais e municipais, formado por representantes dos governos, dos parlamentos e da sociedade civil. Entende-se que para uma maior efetividade das políticas públicas, a participação e o controle social são decisivos, cabendo aos governos a promoção de processos participativos para a elaboração dos planos municipais e estaduais de educação e a democratização do ciclo orçamentário, inclusive com o apoio a campanhas de comunicação que ampliem o conhecimento desses assuntos pela sociedade.


Os gastos com Educação previstos pelo governo federal na proposta de lei orçamentária 2004 alcançam R\$ 15,36 bilhões, valor R\$ 1,24 bilhão superior ao da proposta para 2003 (R\$ 14,12 bilhões), o que representa um aumento nominal de 8,1%. Considerando-se que a inflação calculada pela Fundação Getúlio Vargas nos últimos 12 meses foi de 21,5%, na prática, há uma redução de recursos para a educação, em termos reais, da ordem de 13,4%.

Segundo o UNICEF, em 1999 apenas 8% das crianças de 0 a 3 anos tinham acesso à creche e 51% das crianças de 4 a 6 anos freqüentavam pré-escola. Esta distribuição assume contornos diferentes de acordo com a classe social. Dados do IBGE apontam que aproximadamente 30% das crianças de 0 a 3 anos com renda familiar superior a 5 salários mínimos freqüentam creche, enquanto índice que cai para 6% nas famílias com renda inferior a esse patamar. Fonte: MIEIB - Movimento Interfóruns em Educação Infantil do Brasil.


Você Sabia



Em Brasília, os deputados têm à sua disposição 236 apartamentos funcionais vagos, com 225 metros quadrados cada um. Mas eles os consideram grandes demais e antiquados. Além do mais, morando em flats, eles usufruem serviços que são pagos pela Câmara. O Legislativo gasta R\$ 4,2 milhões por ano para manter os apartamentos. E mais R\$ 11,4 milhões em dinheiro pago aos deputados para "ajudá-los a pagar aluguel".



A construção de uma cisterna de placas custa R\$ 500, o que resolve o abastecimento de água de uma família, ou seja, com um investimento de R\$ 500 milhões, um milhão de famílias que vivem em condições extremamente precárias no semi-árido poderiam ser contempladas.



Em 1798, a Inglaterra criou o primeiro imposto de Renda para arrecadar recursos e defender-se das forças do imperador Napoleão, que ameaçava invadi-la.

**"Nada é certo nesse mundo,
exceto a morte e os impostos"**

Benjamin Franklin, cientista e político americano.

Publicação

30 anos
CENTRO
DE CULTURA
LUIZ FREIRE
Comunicação, Educação e Direitos Humanos

Apoio



Fundação Ford

n(o)vib

Cruzadas

A	V	A	A	A	C	U	A	G	T	E
U	A	C	G	D	C	U	S	E	I	S
F	E	A	V	C	V	N	F	I	U	A
E	E	R	A	A	S	D	V	N	U	C
I	F	R	E	E	X	D	S	N	F	D
R	J	O	I	F	U	N	D	E	F	H
A	L	P	O	N	N	A	A	B	D	B
N	K	I	F	L	D	B	V	B	B	A
O	R	P	G	H	X	I	B	T	V	E
V	R	A	M	L	J	U	U	T	H	I
A	S	A	L	G	U	E	I	R	O	O
T	T	M	A	R	R	A	A	S	U	G
V	A	B	V	E	A	G	U	U	Y	I
A	I	U	D	M	E	E	A	D	F	N
S	U	C	D	E	Z	O	I	T	O	K
C	T	O	A	A	E	A	A	D	V	C

1. O Governo do Estado vem gastando cerca de R\$ 1 milhão/mês para o abastecimento d'água em 100 municípios das regiões do Sertão e Agreste. Em que está sendo gasto esse dinheiro?
2. Qual o município onde se foi lançado o informativo Folha Popular?
3. Qual é a sigla do Fundo de Educação criado em 1996?
4. Além de Lagoa de Itaenga, em que outro município os jovens Agentes de Desenvolvimento Local coordenam o Fórum de Democratização do Orçamento Público?
5. Qual é o percentual mínimo que a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 212, estabelece da receita de impostos da União que devem ser aplicados em educação?
6. Em Pernambuco, em quantos municípios a sociedade elaborou propostas para a LOA 2004?
7. Qual é a sigla da lei que define educação infantil como a primeira etapa da educação básica?